

8/9/2017

Mobilidade e Inovação Tecnológica Next.Mov juntou mais de 5 mil participantes no Algarve

A AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve idealizou e conseguiu aquilo que mais nenhuma Comunidade Intermunicipal tinha alcançado até ao momento: levar cerca de 5 mil pessoas a um evento onde se discutiu o futuro da mobilidade e da inovação tecnológica e organizar aquele que foi o 1º Encontro das Autoridades Intermunicipais de Transportes.



O Autódromo Internacional do Algarve, em Portimão, foi o local escolhido pela AMAL para realizar o Next.mov - Smart Region Summit, que teve lugar entre os dias 18 e 19 de maio. O evento foi composto por diversas sessões dedicadas a temas como a mobilidade elétrica, transportes públicos, turismo, transformação digital, e modernização de frotas administrativas, entre outras, ainda por um espaço para exposição com cerca de 15.000m², onde estiveram presentes mais de 60 expositores, que revelaram algumas das soluções de mobilidade do futuro e a mais recente tecnologia para uma sociedade mais eficiente. De acordo com a AMAL, o Next.Mov pretendeu *“procurar um caminho diferente, um futuro caracterizado por uma nova mobilidade e por uma transformação digital, enquanto resultado de um trabalho de cooperação institucional e o envolvimento das empresas e dos cidadãos, para uma melhor governação municipal”*.

Os 16 municípios do Algarve apresentaram-se unidos na concretização de um desafio que pretende tornar o Algarve numa região mais sustentável, com sistemas iguais para todos os habitantes, livre de carbono e economicamente mais forte. A solução passará pela criação de um Observatório para a Mobilidade, de um Plano Intermunicipal para as Alterações Climáticas, de um Plano Intermunicipal de Transportes e da reengenharia dos serviços; Para alcançar estes objetivos serão investidos cerca de 25 milhões de euros durante os próximos

anos, realça a AMAL. Um dos projetos em desenvolvimento é a aplicação “Vamus”, uma nova ferramenta que vem melhorar a mobilidade de pessoas e prestar um melhor serviço aos cidadãos. Esta nova aplicação vai permitir a residentes ou turistas definir uma rota para qualquer destino na região, sendo depois disponibilizada informação sobre a rede de transportes públicos existente e que permite realizar a viagem pretendida.

Por outro lado, a aplicação “Vamus” vai analisar as tendências de tráfego dos seus utilizadores, definir como é feita a circulação de pessoas na região e avaliar a criação de novas rotas que possam vir a integrar a rede. Para além disso a “Vamus” vai possibilitar a cada utilizador acesso a uma zona privada para que fique a conhecer a sua pegada ecológica. Durante o evento foi também assinado um protocolo que prevê a instalação de 32 postos de carregamento para veículos elétricos, dois em cada um dos 16 concelhos do Algarve e que teve como signatários a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, o Turismo de Portugal, a Mobi.E e a Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor. Segundo Miguel Freitas, primeiro-secretário da AMAL «o objetivo é colocar o Algarve na linha da frente em matéria de mobilidade elétrica». Também o Governo pretende continuar a sua aposta na mobilidade elétrica, tendo o secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, José Mendes, que falava durante a sessão inaugural do evento, referido que “os objetivos que Portugal tem estabelecidos são de cortar, até 2020, 14% das emissões e 26% até 2030, através de planos de mobilidade sustentável que apostem em transporte partilhado e em veículos que não produzam emissões”.

De acordo com governante a implementação dos 32 postos de carregamento no Algarve é um projeto ambicioso e que vem reforçar a aposta que está a ser feita em todo o país para “incentivar a aquisição e utilização de veículos elétricos”. José Mendes disse ainda que serão também instalados postos de carregamento semirrâpidos por todo o país, através de uma parceria com a Secretaria de Estado do Turismo e com o Turismo de Portugal.

Já o secretário de Estado da Indústria, João Vasconcelos, salientou que *“esta região quer mesmo fazer parte do futuro, e do melhor, um futuro inovador e sofisticado adiantando que “estamos perante uma nova revolução, que se reflete numa nova dimensão das cidades”.*

Mobilidade Elétrica e Transportes Públicos

Depois do anúncio feito pela AMAL, o tema da mobilidade elétrica esteve em cima da mesa e foi o assunto principal de uma das sessões. Concluiu-se que esta nova forma de mobilidade vive já no presente. Os principais construtores já perceberam que o futuro da mobilidade é elétrico, autónomo e partilhado e que vão deixar de ser meros fabricantes de automóveis para passar a ser fornecedores de serviços de mobilidade.

No entanto alguns problemas ainda se colocam, principalmente ao nível da autonomia das

baterias e dos pontos de carregamento, uma situação que tende a resolver-se dada a rapidez com que esta tecnologia tem avançado. Já no setor do transporte público a mobilidade elétrica tem vindo a ganhar cada vez mais espaço. São vários os exemplos de excelência que existem em Portugal, não só ao nível dos fabricantes como também de desenvolvimento de soluções técnicas. Vários aeroportos mundiais já possuem veículos 100% elétricos “made in Portugal” e brevemente poderemos encontrar um autocarro totalmente elétrico em várias frotas de empresas de transportes públicos.



Já na sessão dedicada ao tema dos Transportes Públicos, todos os intervenientes concordaram que o setor vive um novo paradigma, com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros. Finalmente, os “donos” do território, aqueles que melhor conhecem as necessidades de mobilidade da sua região assumiram um papel de definição, coordenação e gestão da mobilidade.

Mas, em França, há décadas que os municípios ganharam essas competências. O “case-study” apresentado, com o exemplo da cidade francesa de Toulon, mostrou que foi criado um modelo organizacional onde cada entidade que faz parte do sistema tem o seu papel devidamente atribuído. Já em Portugal, durante anos as empresas do setor assumiram não só o papel de operadores como, muitas vezes, de coordenadores do sistema. O Estado demitiu-se das suas responsabilidades por mais de 40 anos. A transposição do Regulamento 1370/2007, que obriga os Estados membros a implementar um regime de contratualização do serviço público de transportes até 3 de dezembro de 2019, terá enormes impactos no setor da mobilidade. Caso esta diretiva não seja transposta, Portugal pode vir a sofrer várias consequências. O novo Regulador, a AMT, terá um papel decisivo nesta componente. Os desafios são diversos e transversais a todos os agentes e entidades envolvidas.

No entanto, e apesar dos constrangimentos, todos acreditam que no médio prazo o país sairá a ganhar, as populações terão melhor mobilidade e os territórios terão mais economia.

1º Encontro de Autoridades Intermunicipais de Transportes

O Next. Mov foi também aproveitado para a realização do 1º Encontro de Autoridades Intermunicipais de Transportes e que juntou não só os representantes das CIM's, como também da Direção Regional de Economia e Transportes da Região Autónoma da Madeira, da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e do Instituto da Mobilidade e dos Transportes. Decorrente de um inquérito preparatório que foi distribuído pelas entidades intermunicipais, ao qual foram obtidas nove respostas, foi possível concluir que, globalmente, a assunção de funções e capacitação das AIT está parcialmente realizada enquanto que o planeamento e contratualização não foi iniciado ou é incipiente.

Por outro lado, na primeira fase, os principais desafios estão relacionados com a necessidade de apoio adicional do IMT e da AMT, necessária pelas lacunas de formação dos técnicos das AIT. Foi possível ainda constatar que em algumas AIT o processo conducente à contratualização se encontra adiantado (AML, AMP e CIM Oeste) e que noutros casos existem também experiências interessantes que podem impactar os novos contratos a serem lançados, como é exemplo a solução de transporte flexível gerido pela CIM Médio Tejo. De uma forma geral, constata-se um atraso na implementação do processo, sendo fundamental uma maior capacitação das entidades intermunicipais e uma aceleração por parte das CIM, sem a qual estará em causa o cumprimento dos prazos estabelecidos. O encontro permitiu ainda as diversas AIT concordassem que é necessário melhorar o sistema de tarifário, tornar a bilhética inteligente, garantir que a informação esteja mais próxima das pessoas e melhorar a oferta dos serviços de transporte público, mediante o alargamento da rede de circuitos e com uma maior diversidade de horários que responda às reais necessidades do utilizador. As AIT assumiram ainda o compromisso de avançar urgentemente com uma estruturação institucional e a definição de um modelo de relacionamento entre as autoridades e os operadores.

Face aos desafios enfrentados com reduzidos recursos e exigências alargadas, foi proposta a criação de uma plataforma colaborativa intermunicipal, permitindo não só uma aprendizagem mútua, como também a facilitação da chegada a soluções para serviços de transporte partilhados entre CIM, de que se destaca o exemplo dado pela CIM Cávado, em que mais 60% dos serviços do seu território se inscrevem naquela tipologia. Também a representante da AMT alertou para a necessidade das AIT verificarem as imposições legais aplicáveis, quer do RJSPTP, quer das decisões comunitárias que suportam aquele Regime, evitando-se deste modo a verificação de falhas de Estado. Foi solicitado o envio de documentação para permitir à Autoridade um adequado acompanhamento do processo conducente à contratualização, nomeadamente, os contratos interadministrativos, os estudos de suporte técnica e financeira e os cadernos de encargos.

por Pedro Costa Pereira

Por:

Fonte: